



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero.

### CONTRIBUIÇÕES ACERCA DAS (IN)VISÍVEIS IMPLICAÇÕES DE GÊNERO E FEMINISMO NO SERVIÇO SOCIAL

Jéssica Fernandes Federici<sup>1</sup>  
Taynara Morais Humbelino<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo observar a relação entre as categorias gênero, feminismo e serviço social, pensando suas conformações anteriores e as possibilidades futuras com vistas a processos emancipatórios das profissionais bem como a população por elas atendida. Consideramos que o tema pode ser visto no cotidiano e conciliado com a teoria para uma proposição compromissada com a emancipação.

**Palavras-chave:** gênero; feminismo; serviço social.

**Abstract:** This article aims to observe the relationship between the categories gender, feminism and social work, thinking about their previous conformations and future possibilities with a view to emancipatory processes of professionals as well as the population they serve. We consider that the theme can be seen in everyday life and reconciled with the theory for a compromise proposition with emancipation.

**Keywords:** gender; feminism; social work.

#### INTRODUÇÃO

O interesse pela temática surgiu a partir de diferentes experiências no decorrer da formação acadêmica que estavam ligadas à realidade das mulheres, tanto nas discussões em sala de aula quanto na prática dentro do movimento estudantil, principalmente na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), onde cada vez mais procura-se visibilizar categorias como gênero, raça e homoafetividade através do combate às opressões.

O trabalho foi constituído através de pesquisa exploratória, iniciando-se pelo levantamento bibliográfico de obras, artigos, textos e outros, sendo a maior parte constituída por artigos uma vez que as publicações que abordam o tema estão fragmentadas dentro da categoria, aparecendo de forma ínfima. Vale ressaltar que os trabalhos que de algum modo abordam gênero, feminismo e Serviço Social são muito recentes, sendo que muitos deles têm data de publicação inferior a cinco anos.

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Mato Grosso, E-mail: asjessicafederici@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Mato Grosso, E-mail: asjessicafederici@gmail.com.

Pautando o projeto ético-político da profissão, buscamos fazer nossas análises através da teoria social crítica. Com intuito de verificar a prioridade dada às questões de gênero no Serviço Social, investigar as contribuições das duas categorias do ponto de vista teórico-prático da profissão e pautar a militância feminista como correlata ao projeto ético político, nossa pesquisa foi qualitativa, sendo que os dados foram utilizados com fins elucidativos, proporcionando apontamentos acerca do tema.

## **1. CONTEXTUALIZANDO FEMINISMO(S)**

A segunda onda do feminismo é a continuação da organização das mulheres que cada vez mais passa a ter um teor intelectual, filosófico e político dentro deste movimento, com destaque para o período entre as décadas de 1960 e 1980, momento em que os estudos de gênero serão abarcados pelas teóricas feministas e alguns nomes ficaram marcados como expoente do movimento, como Simone de Beauvoir e seu “Segundo Sexo”. Destacamos deste período no Brasil, Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert e vossas contribuições para as feministas brasileiras através de suas análises que agrupavam gênero, raça/etnia e classe. Das manifestações orquestradas neste período é que surge o arquétipo sensacionalista das feministas e o falso paradoxo de ser feminina versus ser feminista.

A terceira onda seria um rompimento com a segunda, ainda que haja discordâncias sobre esta, que surge na década de 1990, sendo fortemente marcada por concepções pós-estruturalistas/pós-modernas, que segundo Cisne (2012, p.83) “ênfaticamente as diferenças, não propõem uma alternativa ao movimento feminista e distanciam-se da prática política”. Essa década também é marcada pelo entrelaçar dos movimentos com as organizações não governamentais.

Reiterando que o feminismo não tem uma unicidade, suas principais correntes são: feminismo radical, que em suma excluem os homens de todos os processos, creditando ao patriarcado todas as desigualdades sociais; o feminismo liberal, que ignora as outras desigualdades sociais focando no individualismo, ou seja, uma vertente que não causa transtorno algum ao capitalismo, sendo que através de seu discurso há uma objetificação/mercantilização dos corpos travestida de liberdade. A pauta é que o mercado absorva as mulheres com a mesma igualdade.

O feminismo interseccional ou desconstrutivista (as concepções pós-moderna/pós-estruturalistas ganham diferentes nomes) fragmenta as mulheres em grupos característicos - negras, deficientes, trans, entre outros – recuasse à subjetividade; a exacerbação da diferença acaba por enfatizar a cultura sem problematizar a estrutura social. Seu discurso

tem ganhado cada vez mais adeptas, inclusive nas redes sociais, onde percebemos usos equivocados do feminismo, entendemos que, como Cisne (2012, p.88) destaca “o que se defende não é a neutralização ou anulação das diferenças, mas a percepção de que o movimento feminista deve convergir para os aspectos político e social. Do contrário, só se fragmentam e pulverizam as mulheres”.

Para Saffioti (2013, p.195), “se o “feminismo socialista” não teve êxito total na empresa de libertação da mulher, o “feminismo pequeno-burguês” lhe ficou muito atrás”, assim faz-se indispensável desmistificar o feminismo aliado ao marxismo, conhecido como classista, socialista ou materialista.

Saffioti ainda destaca que não podemos ser fatalistas frente a pouca discussão do feminismo junto ao movimento da classe trabalhadora, visto que as experiências de socialismo são mínimas. Ademais, entendemos em alusão à Marx, que as pessoas fazem a história, mas em condições que estão predeterminadas a elas, ou seja, ainda que a contradição econômica seja totalmente perceptível para alguns, pode não ser tão simples perceber o patriarcalismo que lhes é imputado desde o nascimento. Assim ponderamos que na teoria marxista, nem tudo será assimilado pelo feminismo tampouco são teorias distintas, uma vez que a partir deste referencial, poderá se realizar uma análise materialista e histórica da opressão das mulheres.

Para Alambert (1986, p.113) “não são de todo justas as críticas feitas aos clássicos marxistas, segundo as quais eles não reservaram à mulher um lugar adequado em sua teoria. Elas parecem ignorar a época em que eles viveram, o nível dos conhecimentos científicos e a problemática de então.” Deste modo, destacamos que mesmo não centradas no gênero, há uma multiplicidade de escritos perpetrados por mulheres e homens da esquerda que possui relevância para se compreender a sociedade patriarcal, dentre estes destacaremos Engels em “a origem da família, da propriedade privada e do Estado”;

“O desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de procriação. Essa degradada condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida”. (ENGELS, 2012, p. 77)

Esta obra traz a tona o necessário cerceamento da mulher para primazia da acumulação. Apreendemos que a articulação da luta de classes com lutas ditas específicas, não necessariamente tornam essas lutas, como no caso das mulheres, uma luta secundária.

Toledo (2008, p.118) enfatiza que “a pobreza, o emprego precário, a mortalidade materna, a marginalidade são manifestações do cotidiano de uma classe, e uma mulher,

nessas condições, vivencia o “feminino” de forma diferente”, aqui podemos compreender que o feminismo também é vivenciado de maneira diferente, por isso, enquanto as feministas interseccionais parecem reagir sobre o estereótipo da primeira onda – mulheres brancas, classe média, heterossexuais e cisgêneras – o feminismo classista vai apontar que as diferenças se acentuam também no âmbito econômico, e que este influi em diferentes conquistas das mulheres. Não se trata aqui de excluir do feminismo as mulheres burguesas, mas compreender que não dá para chamar de irmã quem te explora, assim, ao invés de segmentar as diferenças, busca-se desconstruir as diferenças apontando para um novo projeto de sociedade.

Faz-se preciso que um “tipo” de feminismo que se impõe frente à estrutura social vigente seja sabotado por interpretações duvidosas. Por exemplo, há autoras dedicadas a elucidar a significação do dia internacional da mulher e o papel da ONU em 1975, em abafar a organização das mulheres trabalhadoras do início do século XX.

A busca por um movimento feminista que faça análises do todo social, não deve inibir as mulheres em sua participação, uma vez que não se detém uma verdade singular e intransitiva, mas reconhece as práticas, conhecimentos e vivências comuns das mulheres. Deste modo, pensar o feminismo dentro do Serviço Social é pensar também no acúmulo da experiência dessas mulheres. Apreendemos que o quadro docente comumente é em maior parte composto por mulheres, assim discentes e docentes podem ter uma troca de conhecimento fundamental ao movimento, que não pode ser espacialmente externo às assistentes sociais.

Além disso, se este é um assunto pouco abordado na formação acadêmica, se torna ínfimo nos campos de atuação profissional, seja participando de espaços feministas ou criando estes espaços para as usuárias. Ao se aproximar do feminismo materialista poderemos compreender o movimento da realidade e a indissociabilidade das categorias que denunciam relações de dominação/exploração de forma que possamos ter novos operativos ao atuar na questão social.

“As teorias feministas e os estudos de gênero constituam-se em um aporte teórico metodológico significativo para Serviço Social, uma vez que surgem para questionar todas as formas de dominação, expor novas áreas de conflitos sociais (extrapolando os conflitos de classe), que requerem formas próprias de análise das relações, da construção social da diferença sexual, da sexualidade, da reprodução, da discriminação no trabalho”. (LISBOA, 2010, p.68)

As teorias feministas (a materialista, em particular) carecem ser apreendidas pelo Serviço Social, questionadas e utilizadas. Deve-se perder o “medo” do estigma social de ser feminista, este será alcançado com a aproximação da teoria. Visto que com estes estudos angariamos arcabouço teórico-prático capaz de transformar a realidade, assegurando que as mulheres tenham acesso e garantia de seus direitos sociais, civis e políticos; as

assistentes sociais podem inserir nos seus pareceres questões ligadas à realidade das mulheres desde um ponto de vista emancipatório.

## **2. GÊNERO PARA (RE)PENSAR QUESTÕES DO COTIDIANO**

Ao falarmos de gênero uma multiplicidade de conceitos pode surgir em nossas mentes devido às diferenças teóricas e políticas que deram significação para esta categoria, no entanto há uma generalização de que gênero se refere às relações entre homens e mulheres, masculino e feminino. Para Scott, “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Desta maneira ao nascer já assumimos uma posição de acordo com nosso sexo, na qual será construída socialmente uma estrutura de comportamento assimétrico e limitador para mulheres e homens, assim apesar da diferença biológica, observamos que as diferenças são principalmente socioculturais. Tornou-se necessário uma categoria de análise para dar início a desmistificação da natureza das relações (desiguais) de gênero.

Gênero é uma categoria recente que traz à academia questões sobre o androcentrismo nas ciências e a invisibilidade das mulheres e seus feitos ao longo da história, desencadeando diversas discussões que até hoje não se esgotaram. Todavia em novas abordagens, acabam por distanciar gênero da luta das mulheres, assim existem dois pontos importantes para destacarmos: ao falarmos sobre gênero ocorre uma ocultação da categoria “mulher” e/ou da chamada condição feminina, ao mesmo tempo em que, falar de gênero se tornou, de forma reducionista, falar sobre querelas das mulheres. Podemos compreender que falar sobre gênero é falar sobre relações sociais construídas e diferenciadas a partir do sexo biológico dos sujeitos. Segundo Scott,

“Gênero”, como substituto de “mulheres”, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens.” (SCOTT, 1989, p.7)

Por isso, inicialmente, os estudos de gênero estão vinculados às feministas que se empenharam para apontar a superioridade masculina ao longo da história como uma construção social que pertence a uma estrutura social, de modo que é pertinente compreendermos o patriarcado como um modelo milenar que transcende a sociedade capitalista, para além dos processos econômicos, a sociedade patriarcal eternizar-se na cultura, o que observaremos melhor no decorrer deste trabalho. Através da normatização de papéis perpetua-se um sistema de opressão/dominação/exploração das mulheres. De modo que o estudo de gênero não se limitará a distinguir os papéis desempenhados por homens ou mulheres, mas irá contestar a naturalização das desigualdades impostas por estes.

Sexo é algo biológico, nascemos homens e mulheres, machos e fêmeas da espécie humana, assim nossos corpos são diversificados em sua composição, e sobre a diferença dos corpos admite-se não apenas um trato diferente, mas desigual entre homens e mulheres. Sob a alcunha de papéis ou identidade de gênero, aprendemos a ser menina ou menino, ser mulher ou homem, delimitados a ter um comportamento feminino ou masculino. Desde a infância nossas atividades serão perpetradas por julgamentos do que é apropriado ou não ao nosso sexo/gênero. Vale dizer que nos referimos ao sexo biológico dos sujeitos e não à sexualidade, entendemos que,

“A sexualidade humana diz respeito aos usos do corpo e, em particular – mas não exclusivamente – dos órgãos genitais, a fim de obter prazer físico e mental, e cujo ponto mais alto é chamado por alguns de orgasmo. Fala-se de conduta, comportamento, relações, práticas e atos sexuais. De uma maneira mais ampla, a sexualidade pode ser definida como a construção social desses usos, a formatação e ordenação dessas atividades, que determina um conjunto de regras e normas, variáveis de acordo com as épocas e as sociedades.” (LHOMOND, 2009, p. 201).

Também queremos destacar que não há um consenso sobre o tripé – sexo, gênero e sexualidade. A orientação sexual das pessoas também é percebida como se houvessem fórmulas a serem seguidas, se faz necessário desconstruir cotidianamente tais interpretações, que não estão presentes apenas no pensamento conservador, uma vez que grupos e movimentos sociais ainda buscam codificar e enquadrar comportamentos, mesmo ao sustentar argumentos de transformação nas relações. Para Scott, “O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade”, portanto compreendemos que, por exemplo, uma mulher homossexual não necessariamente tem uma identidade de gênero masculina, assim como uma mulher que tem aproximação com características ligadas ao masculino pode ser heterossexual. Apesar de um conflito de pensamentos sobre a categoria gênero, o entendemos como estudo das relações humanas. A identidade de gênero seria a forma como o sujeito percebe-se dentro do mundo, de modo que não necessariamente alguém do sexo feminino se reconheça mulher.

A responsabilidade pelo outro ainda é percebida pela via das emoções, é conferido à mulher, como ser dócil e frágil, características ligadas à benevolência, a compaixão, a passividade, a abnegação, entre outras. Assim a responsabilidade da vida comunitária que ampara as mazelas do próximo, é também da mulher. Para Saffioti (2004, p.46) a pouca cultura e mínimo senso crítico, faz com que a maioria das brasileiras ainda se alie no papel conservador do ser mulher, dificultando a propagação do feminismo, resumidamente da busca de igualdade de gênero.

Algumas teóricas passaram a utilizar o termo relações sociais de sexo ao problematizar as relações de gênero, segundo Cisne “por entenderem o sexo como também socialmente determinado e este ser interpretado e traduzido na experiência e na vivência da sociabilidade.” Dessa maneira,

“Em síntese, os estudos de gênero, se comparados aos estudos feministas, adquirem, por vezes, um caráter mais “neutro”, menos ofensivo, ou seja, mais polido ao gosto das instituições multilaterais e governamentais, além de aparentemente mais “acadêmico” ou “científico”. Não é à toa, portanto, que os chamados “estudos de gênero” conseguiram uma maior aceitação, penetrando mais facilmente nas “universidades, e mais ainda nas administrações públicas ou nas instituições internacionais” (PFEFFERKON apud CISNE 2012, p. 79).

Como esta é uma análise recente, sobre a qual pouco refletimos, continuaremos a empregar gênero, mas o destaque é que, entretanto, não descartaremos uma futura apreciação da categoria “relações sociais de sexo”, que segundo Devreux apud Cisne, “nomeia explicitamente a confrontação entre as duas classes de sexo. (...) Não pode haver relação social sem confrontação.” Lisboa elucida que:

“o entendimento é que gênero é um tema transversal ao conteúdo da formação profissional, sendo consubstancial à identidade profissional, uma vez que a categoria de assistentes sociais se constitui em maioria de mulheres, sendo a sua história, também a história das mulheres.” (LISBOA et al, 2006, p.2).

De modo que buscamos contextualizar gênero para que possamos reiterar sua relação e importância para com o Serviço Social, com destaque para nosso projeto ético-político e a busca de uma sociedade emancipada, sem perder de vista a historicidade da profissão, sobretudo na sociedade brasileira. Há muitos debates a respeito de gênero para serem traçados e não competiria exemplificá-los neste trabalho.

É indispensável suscitar este debate dentro da academia, espaço de construção do conhecimento, que acaba negligenciando alguns assuntos por reproduzir o que está socialmente construído, portanto entendemos que apenas com aporte teórico durante a formação as assistentes sociais poderão imprimir novas posturas em sua intervenção profissional.

“Para que a intervenção desses profissionais seja reconhecida e valorizada, é necessário que o processo de formação inclua conhecimentos específicos relacionados a essa área, ou seja, que as/os Assistentes Sociais possam se

interessar pelos estudos feministas, questões de gênero, étnico-raciais, construção de identidade e diversidade sexual, insistindo na importância da transversalidade dessas categorias na mediação teórica sobre as demandas que surgem no cotidiano de suas práticas.” (LISBOA, 2014, p.53).

Compreendemos que a discussão tem sido alçada por algumas profissionais e que majoritariamente essas são docentes, entendemos as barreiras objetivas que se colocam no cotidiano profissional, o imediatismo, a precarização, mas ressalvamos que as demandas, em grande parte, perpassam as desigualdades de gênero por compreender sua necessidade dentro da profissão, embora alguns usem o discurso de que as mulheres já alcançaram igualdade, nosso cotidiano aponta que não, e que as demandas são sobrepujantes, como observa Lisboa,

“Tenho constatado o significativo aumento de demandas que perpassam a questão de gênero: abuso sexual, violência contra mulheres, gravidez na adolescência, direitos reprodutivos; famílias chefiadas por mulheres, idosas vivendo sozinhas e/ou sustentando netos ou filhos; discriminação no mundo do trabalho, assédio moral, luta por cotas e ações afirmativas; lideranças femininas destacando-se junto aos movimentos e organizações sociais; mulheres encarceradas, aumento do número de mulheres envolvidas com o tráfico de entorpecentes, mulheres com dependência química tanto de álcool como de drogas; crise da masculinidade; discriminação e preconceito em relação à homoafetividade, entre outros. Estas questões, que até a algum tempo atrás eram consideradas da ordem do privado, graças às lutas e conquistas dos movimentos feministas, atualmente estão publicizadas, ou seja, foram trazidas para a esfera pública, explicitadas e conseqüentemente, cada uma das situações acima mencionadas, demanda políticas públicas com transversalidade de gênero para encaminhamento e possíveis soluções.” ( LISBOA, 2010, p.1)

Igualmente, se faz necessário compreender como as políticas sociais, sendo um instrumento do Serviço Social, atenuam essas desigualdades ao mesmo tempo em que são paliativas, não permitindo uma emancipação dessas mulheres, que permanecem num ciclo de privação e reparo dos direitos.

Não nos alongaremos sobre este tema, mas se faz importante pontuá-lo uma vez que as assistentes sociais trabalham direta e indiretamente com diversas políticas. Para Behring e Boschetti (2011, p.36) é preciso analisar as políticas como “processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos” e não de modo unilateral e/ou tecnocrático que “limitam-se a discutir sua eficiência e eficácia na “resolução de problemas sociais”, sem questionar sua (im)possibilidade de assegurar justiça social e equidade no capitalismo” (ibidem, 2011, p.37).

Deste modo é preciso compreender que as políticas públicas demarcadas pelo gênero são em parte conquista e em parte concessão do Estado a partir da década de 1980, frente à luta dos movimentos de mulheres e feministas, que como já explicitado, divergem entre si, compreendemos que tem como princípio atenuar as diferenças existentes entre homens e mulheres, principalmente no âmbito econômico.

Entendemos que tais políticas são oportunizadas na correlação de forças políticas, que o Estado pode ser conivente com determinados avanços, que em suma não significam



um rompimento com a estrutura patriarcal-capitalista, porém devemos sim entendê-los como uma forma de transformar a condição das mulheres na sociedade, mesmo que esteja aquém dos objetivos de um novo projeto societário, afinal:

“Neste caso, o reforço à família não representa, necessariamente, o reforço do papel tradicional da mulher, pois estão lhe atribuindo um papel ressignificado, com maior poder no interior da família. Esta parece-me ser uma ressalva importante de se fazer sobre a prática nesses grupos de mulheres. Pode-se identificar entre eles que a defesa de uma instituição como a família pode abarcar, simultaneamente, o projeto de um papel diferenciado para a mulher, com maior autonomia e poder, dentro e fora da família.” (MARIANO e GALVÃO, 2013, p.6)

Segundo Cisne et al (2008, p.153) “é importante questionar, por exemplo, se está havendo uma preocupação em elaborar ações que se contraponham às desigualdades de gênero ou a uma instrumentalização da mulher, utilizando-a para “otimizar” os recursos desses programas”. As assistentes sociais podem trazer novos paradigmas para essas políticas a partir do momento de poder compreendê-las através da perspectiva das relações de gênero e, como elucidadas por Behring e Boschetti não fazer um trabalho tecnocrático, como meras executoras.

### 3. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou enfatizar que o feminismo precisa ser endossado dentro da formação acadêmica do Serviço Social, uma vez que, conforme referido, o feminismo tem seu valor teórico e totalmente conciliável na práxis da assistente social. Conforme Lisboa (2010, p.72) compreende-se que existem “áreas críticas que impedem o desenvolvimento das mulheres e demarcam a desigualdade de gênero. Em cada uma dessas áreas, emergem situações no cotidiano de atendimento das(os) assistentes sociais”. Conforme Souza,

“Se o projeto ético-político tem inspiração no marxismo e reconhece que a luta pelo fim das desigualdades de gênero deve ser um dos compromissos das(os) assistentes sociais, compreender o gênero sob uma perspectiva marxista se faz indispensável para uma intervenção crítica, criativa, comprometida, competente e, acrescentaríamos, coerente.” (SOUZA, 2014, p.15).

Portanto concluímos que este debate precisa de incentivos emergindo num contexto que inspira cautela, vistos os retrocessos ao conservadorismo que atingem a sociedade atualmente. As políticas só poderão ser efetivas no limiar da emancipação das sujeitas a quem elas se destinam, para tal emancipação é preciso compreender que a exploração das mulheres precede o capital, mas é intensificada neste sistema. Entendemos que não basta falar das relações de gênero, é preciso inseri-las nas realidades concretas, discutindo sobre o direito à saúde, à cidade, à equidade nas leis, o trabalho reprodutivo, os novos arranjos familiares, entre outras demandas das assistentes sociais.

Faz-se necessário apreender o que levam as escolas e/ou docentes abrirem mão desse conteúdo, se o espaço de formação acadêmica não contribuir para o conhecimento

do tema, tampouco o imediatismo solicitado na atuação profissional poderá trazer novas óticas sobre as relações de gênero. Essas categorias não são uma prioridade na formação do Serviço Social, que de um ponto teórico-prático debater gênero e feminismo torna-se uma ação particularizada, como necessidade das mulheres que o fazem. Porém, ao aprofundar as leituras, é possível associar ainda mais a perspectiva emancipatória do projeto ético-político com a militância feminista.

Esperamos ter ponderado a importância do gênero e do feminismo dentro do Serviço Social, seja na formação acadêmica ou na intervenção profissional, não com uma receita pronta da assistente social que contempla este tema, mas com discussões e que este seja apenas um (re)começo na evidência do ser mulher, assistente e/ou assistida, na sociedade patriarcal-capitalista. Que as mulheres que permeiam o Serviço Social possam criar novas reflexões críticas em torno da história e de sua história.

## REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986. 131p.

BEHRING Elaine R; BOSCHETTI; Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 144p.

\_\_\_\_\_. **“Relações Sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista.”** In: Revista Temporalis. Brasília, 2014. nº28; p.133-149. 83

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 304 p.

LHOMOND, Brigitte. “Sexualidade”. In: Hirata, Helena; et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 342 p. 84

LISBOA, Teresa K; et al. **O lugar do gênero na formação da/o assistente social**. Texto apresentado em mesa temática do X ENPESS. 2006.

LISBOA, Teresa K. **“Políticas públicas com perspectiva de gênero – afirmando a igualdade e reconhecendo a diferença.”** In: anais Fazendo gênero 9, diásporas, diversidades, deslocamentos. 2010.

\_\_\_\_\_. **Violência de gênero, políticas públicas para seu enfrentamento e o papel do serviço social**. In: Revista Temporalis. Brasília, 2014. nº27; p.33-56.

MARIANO, Aparecida M; GALVÃO, Elaine F.. **“Políticas públicas e perspectiva de gênero: uma abordagem feminista.”** In: Revista Feminismos. 1. ed. 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. **A mulher na sociedade de classes – mito e realidade.** 3ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 151p.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Àvila. 1989. 35 p.

SOUZA, Leni M. P.. **“A questão de gênero no serviço social enquanto um fator social e político.”** In: Anais Congresso em desenvolvimento social – mobilidades e desenvolvimentos, 2014.

TOLEDO, Cecília.. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.** 2. ed. Apresentação de Cláudia Mazzei Nogueira. São Paulo: Sundermann, 2008. 152 p. 86